

O processo de modernização das propriedades rurais dos municípios pertencentes à SDR – Itapiranga / SC

The modernization process of rural properties belonging to municipalities of SDR - Itapiranga / SC

Daniela Paula Foletto¹, Rosiane Oswald Flach², Nathalia Berger Werlang³, Camila Paulus Link⁴

RESUMO: Os empreendimentos agrícolas representam forte significância na região Oeste Catarinense. Este estudo teve como objetivo geral analisar o processo de modernização das propriedades rurais nos municípios pertencentes à SDR - Itapiranga/SC. Este estudo teve seu desenrolar metodológico através de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, sendo que o procedimento utilizado foi uma observação participante. A aplicação da pesquisa ocorreu em cinco propriedades rurais, sendo uma em cada município pertencente à Secretaria. Os resultados apontam que na sua totalidade, os empreendimentos apresentam ampla disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas e bens de consumo duráveis, desenvolvida infraestrutura e preocupação com a qualidade de vida dos moradores. Todas as propriedades possuem financiamentos agrícolas, recebem assistência técnica regularmente e são associadas às Cooperativas dos seus Municípios. Conclui-se que no desenvolver dos anos de existência da propriedade é significativo o avanço percebido em termos de ampliação, desenvolvimento do próprio empreendimento e modernização. Destaca-se significativas mudanças das técnicas de cultivo dos produtos agrícolas, profissionalização no método de produzir leite, facilidades no manejo dos suínos e preocupação com o meio ambiente.

Palavras - chaves: Modernização Agrícola, Gestão Rural, Empreendedorismo.

ABSTRACT: Agricultural enterprises represent strong significance in the region west of Santa Catarina. This study had as main objective to analyze the process of modernization of farms in the municipalities belonging to the SDR - Itapiranga / SC. This study had its methodological progress through a descriptive study with a qualitative approach, and the procedure used was participant observation. The application of research occurred in five farms, one in each municipality belonging to the Secretariat. The results show that as a whole, the developments have wide availability of agricultural machinery and implements and consumer durables, developed infrastructure and concern for the quality of life of residents property. All properties have agricultural financing, are serviced regularly and are associated with cooperatives of their municipalities. We conclude that in the developing years of the property is significant progress realized in terms of expansion, development and modernization of the project itself. We highlight significant changes in cultivation techniques for agricultural products, the professional method of producing milk, facilities in pig husbandry and concern for the environment.

Key - Words: Agricultural, Rural Management, Entrepreneurship Modernization.

¹ Graduada em Administração pela FAI Faculdades de Itapiranga. Email: daniela.foletto@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, graduada em Administração pela FAI Faculdades de Itapiranga e Coordenadora do curso de Administração da FAI Faculdades. Email: rosiane.oswald@bol.com.br

³ Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, graduada em Hotelaria pela Castelli Escola de Hotelaria e professora titular da FAI Faculdades de Itapiranga. Email: nathaliabw@gmail.com

⁴ Graduanda em Administração na FAI Faculdades de Itapiranga. Email: camilaalink@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A agricultura, desde a sua criação, passou por diversas transformações, inicialmente utilizando procedimentos rudimentares até atingir técnicas altamente tecnológicas. O novo modelo de agricultura, moderno e técnico, excluem uma parcela considerável de agricultores devido à impossibilidade de se adequar às novas exigências impostas pelo mercado, pelo pouco acesso às novas tecnologias e os altos custos para implementação.

Até o final da década de setenta, a profissão do agricultor se manifestava de forma primitiva, sem quase nenhuma técnica. Com a modernização da agricultura, uma nova realidade se apresenta impondo ao homem do campo conhecimento de técnicas avançadas, domínio de tecnologia e habilidade para administrar seu próprio negócio, a fim de entender as demandas contemporâneas.

A região Oeste Catarinense em poucas décadas desenvolveu uma narrativa de riqueza e estabeleceu seu espaço no cenário da economia nacional e internacional, registrado através da agropecuária e da agroindústria. A implantação desse sucesso teve e tem como sustento a pequena propriedade agrícola familiar e diversificada (TESTA, *et al.*1996).

A importância da agricultura para o crescimento de um país sempre foi um assunto de grande destaque dentro dos fundamentos da economia. A expansão da cultura agrícola colaborou para uma série de mudanças na história do Brasil, tendo significativa responsabilidade pela aceleração da mecanização das lavouras, produção da maioria dos alimentos consumidos no país, modernização dos sistemas de transportes, expansão da fronteira agrícola, dentre outras contribuições.

Investir em novas formas de produzir significa utilizar tecnologia moderna no campo e consequentemente aumento nos investimentos que muitas vezes onera o custo da produção pelo uso intensivo de capital e insumos industrializados. Toda a evolução do processo de estrutura do novo modelo para a agricultura no Brasil contou com a proteção do Estado, que instituiu políticas para custear a produção a juros subsidiados, que foram preferencialmente designadas aos grandes produtores para a aquisição de máquinas, sementes e insumos (BITTENCOURT, 2003).

O cenário empresarial prevê constantemente a necessidade de inovação e a busca pela versatilidade, elementos que proporcionam mudanças e garantem o sucesso das organizações. No setor agrícola, a realidade também é semelhante, as propriedades rurais precisam se moldar diante das perspectivas da sociedade moderna.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral: analisar o processo de modernização das propriedades rurais nos Municípios pertencentes à SDR - Itapiranga/SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Abaixo serão descritos os principais conceitos, através de tópicos, que buscarão apresentar e esclarecer a temática em estudo, consequentemente, proporcionar um amparo bibliográfico para a pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Embora um pouco tardio, se comparada ao costume de estudar sobre esse tema em outros países, a expressão agricultura familiar emergiu na conjuntura do Brasil a partir de meados da década de noventa. Para Froehlich e Diesel (2006), neste período, advieram dois importantes eventos que ocasionaram impacto social e político muito expressivo no meio rural.

De um lado, no campo político, a expressão parece ter sido conduzida como uma nova categoria-síntese pelas atividades do campo, comandados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que doravante será denominado Contag. Ao longo dos anos 90, pode-se ver uma verdadeira ebulição de manifestações políticas que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais como o Grito da Terra (FROEHLICH; DIESEL, 2006).

Na avaliação de Silva e Mendes (2009), o aumento dos debates em torno da agricultura familiar da década de noventa é atribuída a vários fatores, destacando os problemas relacionados ao acúmulo de terras e as diversas situações apresentadas pelas regiões do Brasil, ao padrão de organização envolvendo a sociedade, política e economia, aliado a forças governistas comprometidas com interesses de grandes proprietários, interesses internacionais e com o fortalecimento do movimento dos agricultores que batalham pelo direito de reconquistar a terra.

Para Froehlich e Diesel (2006), ainda existe um terceiro elemento que merece destaque, que diz respeito à reorientação dos estudos acadêmicos sobre o mundo rural. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de noventa, se tornou evidente a retomada do interesse nas pesquisas agrárias no Brasil, o que até então acendera pouco interesse dos estudiosos.

A assertiva da agricultura familiar no panorama social e político do nosso país estão ligados à legitimação que o Estado lhe conferiu ao criar, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que de agora em diante será tratado como Pronaf. Este programa nasceu com o objetivo de promover crédito agrícola às categorias de pequenos produtores rurais que estavam com dificuldades para manterem suas atividades (FROEHLICH; DIESEL, 2006).

Mior (2005) também destaca que a percepção da necessidade de revisar a função do meio rural e da agricultura está presente na batalha do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que luta pela reforma agrária, e a Contag, que almeja uma política pública diferenciada para a agricultura familiar. Esta demanda ocasionou a formulação e implementação do Pronaf.

O crescimento da produção agrícola no Brasil até a década de cinquenta aconteceu pela extensão da área cultivada e pelo pouco foco nas indústrias, e seu modo de gestão não utilizava métodos científicos e era caracterizada pela utilização intensa da força humana e animal nas plantações (AGRA; SANTOS, 2001).

A partir da década de sessenta, o uso de novas tecnologias como maquinários, fertilizante e agroquímica também ganham importância para o aumento da produtividade, conforme destacam Agra e Santos (2001). Neste período, 50,7% da força de trabalho, ou seja, mais da metade da população brasileira estava vinculada a agricultura, o restante dos trabalhadores, que correspondem a 49,3% do total, estavam vinculados nos outros setores da economia (FEMENICK; BARRETO, 1981).

Esses dados refletem a aproximação do equilíbrio entre a agricultura e os demais setores de economia no momento. Esta igualdade é indicativa da pouca mecanização que havia na época, consequentemente, a força humana era utilizada para sustentar essa necessidade.

As discussões referentes à modernização da agricultura e o padrão de desenvolvimento rural estiveram presentes desde o final da década de 60. Neste momento, as preocupações giravam em torno de elucidar os motivos pelos quais a agricultura brasileira ainda não havia se modernizado e quais técnicas poderiam ser adotadas para iniciar esse processo (SILVA, 1996).

Salienta-se que a primeira legislação específica para o campo aconteceu nessa época, em 1963, que foi o Estatuto do Trabalhador Rural, regularizando as relações de trabalho no meio rural, e, em 1965 o Estatuto da Terra, que legalizou vários conceitos importantes para a vida no campo, como também esclareceu a relação do proprietário da terra com seu imóvel,

decretou leis para a reforma agrária, definiu modulo rural minifúndio e latifúndio (ALMEIDA, 2011).

Os Estatutos acima citados, para Almeida (2011), marcaram o início da normatização das práticas agrícolas, também permitiram a efetiva concretização do processo da modernização da agricultura no Brasil, avaliando como elementos fundamentais para todo o aparato legal da época. Na década de setenta, criou-se também uma legislação previdenciária.

Os autores Belik, Paulillo e Vian (2012) também consideram que o processo de modernização da agricultura brasileira se transformou de maneira irreversível a partir das reformas da década de sessenta. O aumento da produtividade e os incrementos agrícolas são as características mais visíveis, mas não é somente isso. A transformação estende-se também ao plano político, pois o Estado interviu no setor, passando a disciplinar todos os aspectos, resultando numa modificação gigantesca das políticas públicas para o campo.

Segundo Almeida (2011), o processo de modernização da agricultura fundamentava-se em um modelo de produção agrícola amparado pelo “pacote tecnológico”. Este associava tecnologia ao aumento da produtividade justificando-se no uso de defensivos químicos, da irrigação e mecanização além de outras táticas direcionadas para o aumento da produção. Sendo assim, no final dos anos sessenta popularizou-se a crença que ser moderno era uma qualidade a ser perseguida.

O moderno era antônimo de estagnado/atrasado, significava ter maior produtividade, melhores produtos, equipamentos e máquinas sofisticados entre outras melhorias. Portanto, modernizar-se na agricultura representava crescimento financeiro e progresso, conceitos que já indicavam noção de desenvolvimento da época (ALMEIDA, 2011).

Deste modo, o processo de modernização tornou-se mais intenso após os anos setenta, momento que ocorreu, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um crescimento de mais de 1.000% na quantidade de tratores utilizados se comparado à década de cinquenta. Os usos de adubos químicos, defensivos e herbicidas também tiveram aumento significativo (AGRA; SANTOS, 2001).

O cenário nos anos setenta muda notavelmente, refletindo os efeitos da mecanização agrária. Nessa década, o setor agrícola empregava 40,1% da população economicamente ativa. Posteriormente a este período, tende cada vez mais a se aprofundar. Já em 1976, os operários concentrados na agricultura correspondiam a 37,7% da população ativa (FEMENICK; BARRETO, 1981).

Deve-se levar em consideração que a população ativa está em processo de crescimento. Um reflexo deste cenário pode ser descrito ao visualizarmos que em 1960, era de

22.750.028 trabalhadores e, em 1976, era de 40.236.743. O interessante é que a população absoluta empregada no setor agrícola nos anos de 1960, 1970 e 1976 foi de 12.276.908, 13.087.521 e 14.595.0531 habitantes, respectivamente, o que denota pouco acréscimo populacional (FEMENICK; BARRETO, 1981).

É importante destacar que a modernização agrícola também gerou problemas para o mundo rural. A propriedade tornou-se mais concentrada e as diferenças de renda aumentaram o que impulsionou um forte êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas entre 1960 a 1980, estas passaram a residir nas cidades e pela primeira vez na história moderna registrou uma redução acentuada de população no meio rural (MARTINE, 1991).

2.2 A MUDANÇA NO CENÁRIO AGRÍCOLA

A partir da adesão do modelo de sociedade que passou a valorizar a saída do campo, aconteceram transformações sociais e ambientais no meio rural. Os sinais intensos de degradação ambiental e ineficiência energética dos sistemas de produção induziram a repensar os fundamentos da moderna agricultura.

A força dos consumidores sobre o governo no propósito de olhar pela qualidade e saúde dos alimentos e preservação do meio ambiente exigiu que o modelo modernizador optasse por técnicas alternativas que proporcionasse a produção, porém, evidenciando a gestão de produtos naturais (MENEGETTI, 2005).

Paralelamente aos debates de uma agricultura mais sustentável, Almeida (2011) explica que também ocorreram as primeiras leis ambientais, com o intuito de preservar o meio ambiente, contemplando novas normas para as práticas agrícolas. No Brasil, as leis designadas à conservação do meio ambiente iniciaram a ser votadas a partir de 1981, com a criação da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

A agricultura familiar no olhar de Silva e Mendes (2009) passou a ser definida pela vinculação entre terra, trabalho e família e manifesta várias particularidades que garantem sua inserção no mercado contemporâneo. A gerência, o desempenho das atividades e os meios de produzir pertencem à família, que é a principal responsável pelo sucesso da propriedade.

No que se refere à renda da agricultura familiar, segundo Balestrin (2010), é fundamentalmente originada das atividades ligadas ao próprio estabelecimento, este administrado pela família. Estrutura-se, portanto, num trabalho familiar, mas pode ser complementado eventualmente por mão de obra assalariada, tendo por objetivo básico a produção de alimentos para o sustento da família, comercialização e geração de renda.

Já em relação à produção familiar é importante explicar o que descreve agricultura familiar de forma clara. A limitação do mundo do agricultor familiar mencionado no Censo Agropecuário de 2006 tem embasamento em duas metodologias. A primeira segue a Lei Federal 11.326 de 24, de julho de 2006, também chamada de Lei da Agricultura Familiar, conforme a qual a área da propriedade não pode ter mais de quatro módulos fiscais, prevalecendo mão de obra da família (BALESTRIN, 2010).

A segunda metodologia adotada pelo Censo Agropecuário de 2006 ocorre dos estudos da FAO/INCRA (Projeto de Cooperação entre a Organização para a Alimentação e Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2000, denominado “Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto” que foram empregados dados do Censo Agropecuário 1995-96, oportunizando, comparar os dois Censos Agropecuários (BALESTRIN, 2010).

Outro papel dado à agricultura familiar é o sociocultural, sinalizando uma forma de viver que relaciona conceitos de cultura, história e identidade. A vida precipitada nos grandes centros tem conduzido a estilos mais saudáveis, alimentos menos processados e produzidos de forma natural, além do prazer de estar com a natureza. Essa disposição tem resposta na valorização da tradição da agricultura familiar, gerando assim novas oportunidades de trabalho no meio rural (ALTAFIN, 2007).

2.3 INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

O programa de modernização da agricultura iniciou com energia na década de 1970, a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que passará a ser abordada como EMBRAPA. Sua criação se deu em 1972, com a finalidade de fixar uma economia capitalista moderna no País, orientada a produzir inovações para o incremento do agronegócio brasileiro (ARAÚJO, 2005).

O resultado das pesquisas realizadas pela EMBRAPA foi o melhoramento genético, fertilizantes e insumos altamente eficazes, irrigação, mecanização, além de um eficiente treinamento, assistência aos produtores e crédito agrícola. A ação da empresa demonstra progresso da política de ciência e tecnologia para o setor agropecuário (ARAÚJO, 2005).

Os anos 90 foram caracterizados por várias mudanças que trouxeram consequências em toda a economia nacional. As políticas macroeconômicas foram conduzidas com maior rigidez, e os espaços produtivos testemunharam uma atmosfera mais competitiva. A indústria ficou menos protegida das tarifas e a valorização do real gerou um efeito deflacionário sobre

os preços e rendimentos dos negócios, e, conseqüentemente, a agricultura foi muito castigada por ser um setor de atividade com maior de abertura da economia brasileira (CAMPOS; PAULA, 2002).

Essa realidade representa o seguimento de uma linha que inicia em meados dos anos 80, quando o custeio da agricultura começou a ser regulado pelas regras de mercado. A agricultura também foi prejudicada pela política de valorização cambial, que penalizou a exportação, na tentativa de valorizar a moeda nacional (CAMPOS; PAULA, 2002).

2.4 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL

Segundo Bittencourt (2003), o crédito é o impulsor para o crescimento de um país, porque permite que os projetos se realizem. Na área rural, principalmente as com menores recursos, o crédito representa um influente papel na formação de trabalho e renda. No Brasil, os agricultores familiares sempre tiveram dificuldade ao crédito rural, seja por conta da centralização fundiária, ou pelo poder político que privilegia outros grupos sociais.

O crédito rural também é citado por Capobianco *et al.* (2012) como uma ferramenta que tem o objetivo de gerar desenvolvimento na economia. Ao custear atividades produtivas as necessidades dos empreendedores são atendidas, possibilitando aperfeiçoamento das técnicas e modernização dos processos, conseqüentemente maior eficiência na produtividade.

A partir de 1995, com a criação do Pronaf o governo federal ampliou o acesso ao crédito rural entre os agricultores familiares. Com o passar dos anos, o Pronaf ampliou expressivamente seu espaço de ação, aumentando recursos, contratos e quantidade de agricultores favorecidos além da inclusão de novas linhas de financiamento, reconhecimento e regulamentação das várias atividades no meio rural (JUNIOR, 2010).

As cooperativas de crédito rural apresentaram função essencial na difusão do Pronaf e sua função social. Através do programa aumentou-se a perspectiva de produzir, criar empregos e ampliar a renda do campo. Além de conseguir crédito, o agricultor com pouca renda estabelecia laços com uma instituição que contemplava outras vantagens financeiras, conforme a carência de cada proprietário rural (HORN, 2012).

2.5 O EMPRESÁRIO RURAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Até o final da década de 70, a continuação da profissão de agricultor era de caráter moral, se caracterizava quase como uma obrigação e o aprendizado que o jovem construía

com a família e o meio que vivia já se considerava satisfatório para conduzir o estabelecimento agrícola (MELLO, *et al.* 2003).

Com a modernização da economia, a realidade atual é muito diferente, determina que os produtores rurais se convertam em empresários rurais. Uma nova postura precisa ser seguida que exige uma ampla série de conhecimentos e domínio da direção do negócio. Exige do agricultor um domínio de novas técnicas, que seja capaz de entender as demandas na economia, mercados, recursos humanos, política e sociedade (BILIBIO, 2009).

Essas mudanças enaltecem a dificuldade de gerenciar o setor agrícola, sendo essencial para a permanência na atividade que o empresário rural seja capaz de adotar estratégias de gestão, planejar suas atividades, buscar orçamentos e informações que aprimorem a tomada de decisões, possibilitando ganhos de rendimento que garantam a sua permanência e continuidade (BILIBIO, 2009).

Os gestores das empresas são os principais agentes que ordenam a utilização dos recursos. Esses recursos mencionam pessoas, tempo, espaço, bens, máquinas, informações, que quando empregados com competência aumentam as possibilidades de alcançar o sucesso do empreendimento (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

Para Flores; Ries; Antunes (2006, p. 19) “o conceito geral de Administração Rural está sendo relacionado à necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser desenvolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário.” Nesta condição, a administração rural seria efetuada de forma mais precisa, menos amadora.

Neste viés, os empresários rurais seriam os proprietários de terras que cultivam de forma ativa os recursos disponíveis em suas propriedades e que aplicam tecnologia e controle de informações, conduzindo seu negócio como uma empresa, e alcançando assim mais rendimento (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

Crepaldi (2006) destaca que o sucesso de qualquer empreendimento depende de ser administrado de forma eficiente. E é exatamente nesta lacuna que a empresa rural do Brasil apresenta uma falha muito significativa, dificultando o processo de modernização. O autor reforça que a administração rural no país segue critérios bem tradicionais e que esse perfil não é peculiar somente a pequenas propriedades rurais, preponderando também entre médias e grandes empresas.

O verdadeiro empresário rural precisa dirigir sua propriedade de modo que ela cumpra sua função social, ecológica e de meio ambiente e que alcance, no mínimo, os índices de produção determinados por órgãos governamentais, como a GUT (Grau de Utilização da Terra) e GEE (Grau de Eficiência de Exploração). Deste modo, o proprietário estará em

harmonia com seu bolso e com seus órgãos fiscalizadores (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

Crepaldi (2006) cita que é de enorme significado o empresário rural ter conhecimento financeiro efetivo de sua propriedade. Esclarece que as finanças proporcionam um mapa que colabora no planejamento, elucidação de problemas e decisões. A grande maioria das decisões na propriedade é baseada em termos financeiros, por essa razão, o administrado rural precisa gerir financeiramente seu empreendimento.

Para Cella (2002), a administração tem um amplo significado, sendo formado pela interdependência e interação de quatro diferentes funções: planejamento, organização, direção e controle. Esse processo apresenta mudanças no decorrer do tempo, ou seja, não segue uma sequência fixa de acontecimentos. A análise das variáveis não pode ser vista de forma compartimentada, por que as quatro funções se completam, onde o resultado final é maior que a soma das partes separadas.

Na percepção de Santos, Marion e Segatti (2002), essencialmente o que integra o objeto de ação do administrador rural é “o que, quando e como” produzir. A soma dessas respostas, juntas com o controle do trabalho e a avaliação dos resultados, objetiva maximizarem os lucros, tornando sustentável a atividade. Torna-se, portanto, essencial que o administrador tenha conhecimento sobre os fatores internos e externos que poderá acometer os resultados econômicos.

Os autores salientam que o administrador não tem domínio dos fatores externos, para isso precisam procurar conhecer essas forças para decidir como adaptar-se a elas, aproveitando as situações favoráveis. Diferente dos fatores internos, que podem ser conduzidos de maneira direta pelo administrador, como o conhecimento de sua estrutura produtiva, controle de funcionamento e rendimentos, eficiência da mão de obra e do equipamento.

Esses fatores, explicam Zuin e Queiroz (2006) torna a gerência da produção rural particularmente mais difícil pelas dificuldades a serem vencidas nem sempre estarem ao alcance da técnica, como a variação do clima, sazonalidade, a fragilidade dos produtos, entre vários outros fatores.

As variáveis políticas por serem normas e fundamentos exercidos pelos governos que controlam o ambiente externo e influencia o ambiente interno. A economia é demarcada por algumas ações, como a intensidade de operações, prática de oferta e procura, lucro e preço. Como os fatores econômicos mudam constantemente é importante estar atento aos

indicadores para diminuir as incertezas e explorar oportunidades (GONÇALVES; GUIMARAES, 2008).

O produtor rural reconhece a falta de um padrão de administração ideal a cada realidade. A justificativa para essa dificuldade segundo Zuin e Queiroz (2006), são as diferenças relacionadas ao clima, ao solo, a disponibilidade de mão de obra, logística, demanda de produtos, entre outras.

2.6 O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS NO OESTE CATARINENSE

O modelo da agricultura no período, ou seja, anterior à agroindústria, passava lentamente, caracterizando-se pela liberdade e autonomia. Mas no início dos anos 70, com a chegada do sistema de integração, os agricultores sentiram ameaçada essa forma de se relacionar com sua propriedade. Quando os primeiros se integraram foram vistos como infelizes e até coitados pelos demais, que ainda resistiam (JUNGBLUT, 2011).

Com o passar do tempo a integração passou a ser natural, como relata Jungblut (2011, p.438) “a agroindústria atropelou a propriedade rural e o seu proprietário. Obrigou-os à modernização de forma urgente, forçando todos a novos modelos de agir e de se comportar”. A integração já não era mais uma simples opção, passou a ser considerada quase obrigatória para que almejasse sucesso na propriedade.

Importante passo na efetivação de Santa Catarina, e em especial, do Oeste Catarinense, como polo elaborador de produtos agropecuários, foi o método de modernização da agricultura que se desenvolveu na região nos últimos anos.

A existência de uma produção familiar eficaz congregada ao processo de agroindustrialização, coligada a uma grande estrutura de apoio técnico oferecido pelo estado e ao importante parque agroindustrial, que no período já estava expandido, foram os principais elementos que elevaram a região à categoria de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários. Os resultados deste percurso regional estão presentes na estrutura ocupacional até os dias atuais (ALVES; MATTEI, 2006).

O crescimento econômico da Oeste Catarinense, para Silva *et al.* (2003), está diretamente ligado ao setor primário, especialmente o agropecuário. Com predomínio de pequenas unidades familiares de produção diversificada. De acordo com os estudos, foi o desenvolvimento da agropecuária que comportou o início e a expansão agroindustrial na

região, que detém hoje o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do país, alicerce do desenvolvimento industrial.

A região Oeste possui uma capacidade de produção, capitalização e renda avaliadas como medianas. Principal motivo é o importante acúmulo de atividades mais lucrativas em poucos produtores, reduzindo o número de suinocultores, mas aumentando a concentração da produção. Com a inclusão de novas tecnologias aumenta a produção, com a mesma infraestrutura (SILVA *et al.* 2003).

A população da mesorregião Oeste de Santa Catarina, conforme descrevem Silva *et al.* (2003), apesar da intensa urbanização ocorrida nos últimos anos, ainda é uma das mais acentuadamente rurais do país.

O Oeste Catarinense foi colonizado recentemente, tendo em vista que até 1916 ainda se encontrava em disputas. Diante dessa realidade, pode-se observar a significativa escalada para o crescimento.

A região foi colonizada por descendentes europeus que atraídos por terras férteis e uma perspectiva de riqueza transformaram em menos de um século terrenos ocupados somente por índios que viviam da caça e pesca em um potencial econômico que se propaga como referência de geração de riqueza para todo o país.

3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo teve como objetivo geral analisar o processo de modernização das propriedades rurais nos municípios pertencentes à SRD - Itapiranga/SC, e assim, descrever os processos e técnicas de modernização das propriedades rurais, avaliar o contexto em que ocorre o processo de modernização das propriedades rurais e identificar se os fatores educacionais, ambientais e culturais exercem influencia no processo de modernização da propriedade.

Para a realização do presente estudo foi aplicada a metodologia descritiva com abordagem qualitativa, sendo que o procedimento utilizado foi pesquisa participante e quanto ao instrumento empregado optou-se por uma observação participante.

A população deste estudo corresponde a todas as propriedades rurais dos municípios pertencentes à SDR – Itapiranga/SC, que são formados por: Iporã Do Oeste, Santa Helena, São João Do Oeste, Tunápolis e Itapiranga, todas pertencentes ao Estado de Santa Catarina e a amostra utilizada foram cinco propriedades rurais, sendo uma em cada município.

Os dados tiveram sua análise com base nos resultados obtidos na entrevista e no registro fotográfico das propriedades rurais. A partir das falas dos entrevistados a pesquisadora fará uma análise de discurso, para que deste modo consiga descrever os processos de modernização das propriedades agrícolas em estudo.

Pela análise de discurso, a pesquisadora buscará compreender como foi o processo de evolução e modernização das propriedades rurais, se efetivamente ocorreram, em que período foram as maiores dificuldades, bem como, perceber como ocorreu a modernização agrícola no contexto regional.

Cabe salientar que a análise de discurso é um potencial método em relação a diagnósticos de fenômenos sociais, sendo que algumas técnicas tradicionais de pesquisa não conseguem responder as propostas iniciais e apresentar de fato, os processos evolutivos de determinados fenômenos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados inerentes a esta pesquisa, seguida da análise dos dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/SC

A propriedade rural em estudo, com setenta e cinco hectares, localiza-se na comunidade de Quadro Santo Antônio, município de Santa Helena/SC, composta por um grupo familiar de sete pessoas.

O gestor da propriedade completou o ensino médio e fez vários cursos de aperfeiçoamento sobre leite e doenças de animais. Declarou ser participativo nos movimentos da Comunidade, filiado ao Sindicato dos Agricultores Rurais, também filiado a partido político e a Cooperativa de seu Município.

A principal atividade econômica da propriedade é o leite, seguido pelo cultivo do milho, soja e gado de corte.

A propriedade apresenta ampla disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas, contando com dois tratores, um adquirido recentemente, geração atual e outro que se encontra há mais tempo na propriedade. Além de colheitadeiras, plantadeiras, pulverizador, arados, pé de pato e grade e distribuidor de esterco.

O proprietário destaca que faz regularmente o Custeio Agrícola, sistema de financiamento que subsidia a produção. Nesta proposta, calcula-se quanto é gasto para produzir e a partir disso são liberados os recursos, sendo que o pagamento ocorre no final da safra, que, conforme o entrevistado, representa um juro de 2% ao ano (no momento da pesquisa). Destaca que este é um programa Federal.

Ao debater sobre como percebe a modernização dentro da sua propriedade o gestor foi conclusivo, expondo de forma objetiva o que pensa: “evolui ou para”. O proprietário destacou que a tendência do seu negócio está na produção leiteira e as demais atividades continuarão existir em paralelo a produção principal.

O proprietário destaca que as principais dificuldades encontradas para a permanência na propriedade são o alto custo dos equipamentos e das tecnologias necessárias para executar as melhorias na propriedade. Porém, sobre a possibilidade da permanência na agricultura sem adquirir novos equipamentos, destacou considerar impossível ter uma vida confortável sem acompanhar a modernização.

O proprietário acredita e investe na modernização dos equipamentos ao mesmo tempo, que estão abertas às assistências de técnicos especializados, que o auxiliam e fornecem novas alternativas de manejo das culturas e cuidado com os animais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

A propriedade rural em estudo, com quarenta e sete hectares, localiza-se na comunidade de Linha Becker, no interior de Itapiranga, Santa Catarina, composta por um núcleo familiar de cinco pessoas.

Segundo o gestor da propriedade, tem participação ativa nos movimentos da comunidade, filiado ao sindicato de produtores Rurais, também filiado a partido político. Salienta grande parceria com a Cooperativa do Município e declara receber ajuda e esclarecimentos sempre que sentiu necessidade.

A principal atividade econômica da propriedade é a produção de leite, que tem sua produção toda comercializada. O cultivo do milho e da soja vem em paralelo, sendo que o milho fica todo na propriedade, destinado para a fabricação de silagem e a produção de ração para os animais, ao contrário da soja que tem toda a sua produção comercializada.

Tornou-se evidente a grande disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas. Os equipamentos com tecnologia agregada aceleram o processo e diminuem a mão de obra

humana. O gestor declarou possuir 2 tratores, colheitadeira, plantadeira, pulverizador, distribuidor de esterco, distribuidor de adubo e desensiladeira.

Destacou a importância da última aquisição de equipamentos - a desensiladeira, que apresenta como função descompactar a silagem do silo, transportar e distribuir para os animais, serviço este que era todo feito manualmente e apresentava um ônus considerável, “a compra deste equipamento representa hoje pra mim menos duas horas de serviço manual por dia,” relata o gestor.

Na sala de ordenha, o proprietário citou o sistema de aquecimento solar da água para efetuar a lavagem dos conjuntos de teteiras da ordenhadeira. O sistema é moderno e no verão aquece a água até aproximadamente noventa e cinco graus, no inverno quando a água não esquenta o suficiente existe um gerador que completa o aquecimento.

Quando questionado sobre como o proprietário enxerga o processo de evolução (modernização) dentro da sua propriedade, o gestor acredita que sua propriedade não possua tecnologia de ponta, mas que está conseguindo acompanhar a evolução inclusa da realidade regional.

Já em relação às dificuldades encontradas no seu empreendimento, explana que a mais preocupante está na complexibilidade no momento da aquisição de novos produtos e equipamentos. A insegurança está relacionada com a adaptação dessas novas tecnologias a realidade apresentada na região. Destarte, destaca que não visualiza a permanência na agricultura caso não acompanhar as tendências na área.

O proprietário demonstrou entender a complexidade que envolve o processo de administração rural, a importância de uma correta aquisição de equipamentos ou animais e as possíveis consequências de cada decisão praticada na propriedade.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC

A propriedade rural em estudo do município de Tunápolis possui trinta hectares e localiza-se na comunidade de Linha Canaleta, formado por um grupo familiar de seis pessoas.

O responsável pelo estabelecimento possui sessenta e um anos de idade, estudou até a quarta série e declara ser participativo dos movimentos da comunidade, ser filiado ao sindicato dos Produtores Rurais e associado à ACCB (Associação Catarinense de Criadores de Bovinos). Também é filiada à Cooperativa do município e à partido político.

A propriedade apresenta grande disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas, além de trator, plantadeira, pulverizador e arado. Em relação à obtenção de recursos financeiros, afirmou fazer o Custeio Pecuário, ou seja, empréstimo cedido pelo governo federal.

Sobre o processo de modernização o gestor considera fundamental para que a propriedade rural prospere efetivamente. A adaptação às novas tecnologias precisa ser contínua para a evolução não ficar obsoleta.

O proprietário destacou como sendo a sua maior dificuldade no caminho da modernização, o pouco conhecimento sobre tecnologias: “os novos equipamentos comprados na propriedade precisam de conhecimento técnico para manuseá-los, e nós encontramos muita dificuldade no início” relata o gestor.

O gestor demonstra ampla organização em suas funções, registra detalhadamente todas as despesas e receitas, possuindo controle com o processo leiteiro e da suinocultura. Evidencia-se o profissionalismo ao percebermos que o gestor apresentar sua lucratividade através de informações quantitativas oriundas do sistema de informação utilizado pela propriedade.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC

Esta propriedade rural em estudo localiza-se no interior no Município de São João do Oeste/SC, a propriedade é composta por cento e dez hectares de terra e é composta por um grupo familiar de seis pessoas. O gestor declarou possuir duas famílias com vínculos empregatícios para auxiliá-lo nas atividades agrícolas, sendo que as duas residem na propriedade.

O responsável cursa Medicina Veterinária e seu irmão, que o auxilia na administração das atividades rurais, é Agrônomo.

O gestor mantém-se participativo nos movimentos da comunidade, filiado ao sindicato dos produtores rurais e destacou que mantém grande parceria com a cooperativa do seu município.

A principal atividade econômica da propriedade é a produção de leite. A suinocultura apresenta bastante representatividade para a economia da propriedade. O cultivo do milho vem como complemento, sendo que fica todo na propriedade para a produção de silagem e grão úmido.

As vacas em período de lactação ficam confinadas no Free Stall, que é um galpão pré-fabricado de concreto projetado especialmente para confinamento de gado leiteiro onde a automatização promove um aumento significativo no conforto dos animais. O proprietário esclarece que esse sistema possui estrutura com cobertura em declividade de cinquenta por cento e com abertura superior central de cinquenta centímetros favorecendo a ventilação mantendo a temperatura interna em níveis recomendados para maior conforto das vacas.

A propriedade exhibe grande disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas, todos com alta tecnologia agregada, “investimento muito elevado, mas necessário para acompanhar o processo de desenvolvimento na propriedade” explica o proprietário.

O gestor afirmou possuir quatro tratores, plantadeira, pulverizador, arado mecânico, distribuidor de esterco e de adubos, vagão forrageiro que aceleram o processo alimentar dos animais. Também destacou a aquisição do biodigestor, que será instalado em breve, cuja meta é a produção de energia para utilização na ordenha e resfriamento do leite.

O gestor entende que a modernização é de fundamental importância para a continuidade das atividades dentro da propriedade rural. Sobre a produção leiteira ainda é opcional, mas no que tange aos suínos é uma questão de sobrevivência, “ou o proprietário se adapta as exigências da empresa ou simplesmente não aloja mais”, explicou o proprietário.

O proprietário destaca as dificuldades e o alto custo dos investimentos feitos na propriedade, principalmente, sobre a implantação do Free Stall, e em diversos momentos da entrevista transpareceu o propósito de sucesso sobre o investimento.

No estágio em que se encontra o negócio não tem como parar, a alternativa é continuar evoluindo: “o investimento foi gigantesco e se torna inviável parar, então o caminho é continuar modernizando e se profissionalizando de maneira a atingir o progresso almejado” argumenta o gestor.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC

A propriedade rural em estudo é formada por onze hectares de terras e localiza-se no interior no Município de Iporã do Oeste, comunidade de São Lourenço, formada por um grupo familiar de quatro pessoas.

O gestor declarou ter concluído o ensino médio e fazer vários cursos de aperfeiçoamento na área em que atua. A empresa é filiada a uma Cooperativa do município,

ao Sindicato de Produtores Rurais e participa ativamente dos movimentos da comunidade em que reside.

A principal atividade econômica na propriedade é a produção de leite, com vinte e cinco vacas em lactação. Seguindo pela suinocultura e o cultivo de milho que é usado totalmente para a produção da silagem.

A propriedade apresenta grande disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas. Além de trator, plantadeira, pulverizador e arado possui distribuidor de esterco, arado, pé de pato e roçadeira.

Em relação à obtenção de recursos financeiros, o gestor afirmou que possui financiamentos no momento e que esta é uma prática que auxiliou bastante o progresso da propriedade. Os financiamentos obtidos pela propriedade são de origem Federal, através do Pronaf Mais Alimentos.

O gestor entende que o processo de evolução é importante para o progresso das propriedades rurais, porém é uma transformação que depende de grande investimento financeiro e mudança na percepção dos proprietários rurais.

O entrevistado sustenta que não é suficiente às empresas que comercializam produtos agropecuários evoluírem se o produtor não se profissionalizar: “nós precisamos entender que a agricultura é o nosso negócio, nossa empresa, e que ela pode ser muito rentável, mas precisamos nos profissionalizar” esclarece o gestor.

O gestor conta que a profissionalização das atividades na propriedade foi um processo difícil, já que o pai apresentava grande resistência às mudanças por acreditar que as realizações das tarefas podiam continuar acontecendo da maneira tradicional.

Destaca que não visualiza a permanência na agricultura caso não acompanhar as tendências na área, as inovações tecnológicas e a profissionalização das atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo teve como objetivo geral analisar o processo de modernização das propriedades rurais nos municípios pertencentes à SRD - Itapiranga/SC.

Na produção leiteira, notaram-se mudanças consideráveis na maneira como ocorreu o processo de desenvolvimento. A mecanização do trabalho, o cuidado com a saúde e o bem estar dos animais em todos os estágios (bezerras, novilhas, vacas), a higiene e o controle da qualidade do leite produzido. Os proprietários gerenciam suas ações baseados em dados

coletados em suas propriedades, podendo assim decidir com mais precisão e efetivamente realizar a gestão da propriedade.

No que tange a suinocultura é importante ressaltar a acuidade da mecanização no processo e a liberdade que esta facilidade trouxe para a rotina do agricultor.

A integração da agricultura à agroindústria apresenta um significado que vai além da questão quantitativa, ou seja, capacidade de comprar, produzir e vender mais. Ela inclui modificações estruturais profundas na forma de produzir, comercializar e nas relações econômicas e sociais entre agentes dentro das cadeias.

Das cinco propriedades estudadas, três gestores completaram o ensino médio e participam de cursos e treinamentos relacionados às atividades na área. Em uma das propriedades pesquisadas o responsável cursava Medicina Veterinária e seu irmão que o auxiliava na administração das atividades rurais é Agrônomo.

Em todas as propriedades pesquisadas os gestores eram filiados à Cooperativa de seus municípios (típicos da colonização alemã), e se mostraram receptivos à assistência técnica prestada, demonstrando pretensão em desenvolver novas tecnologias e a profissionalização das atividades desenvolvidas na propriedade.

Conclui-se que a principal dificuldade encontrada no desenrolar dos investimentos e crescimento dos negócios foi oriunda das resistências por parte dos fundadores das propriedades (pais) em aderir às novas técnicas de produção agrícola e as rápidas transformações das tecnologias investidas na propriedade.

Destaca-se que este estudo não apresenta como finalidade concluir os debates acerca da modernização, tão pouco caracterizar todo o processo de modernização que transcorreu na região. Objetivou-se fazer uma análise previa, de um determinado período, de forma a contribuir com um novo olhar para a região pertencente à SDR/Itapiranga – SC.

5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo apresentou várias limitações, dentre elas por ter sido realizado em apenas cinco propriedades rurais, não podendo ser caracterizado toda a região, tampouco o segmento agrícola. Destarte, os resultados não podem ser considerados como certos ou generalizáveis.

Destaca-se também como outra limitação o método utilizado. As observações participantes não podem ser consideradas fontes infalíveis de informações.

Outra grande limitação é por ter sido uma pesquisa participante e a situação no momento da pesquisa pode refletir uma situação momentânea

5.2 RECOMENDAÇÕES

Sugere-se que outros estudos sejam realizados com uma população maior de propriedades e regiões, para que seja possível realizar futuras comparações de espaço, momento e lógicas de investimento/crescimento e modernização. Como também, a inclusão de outras variáveis que contribuem ou possam contribuir para o processo de modernização dos empreendimentos rurais e/ou que interferem no processo de modernização que não foram percebidas pela pesquisadora.

Indica-se também a aplicação de outros métodos de coleta e análise dos dados, como: estudos quantitativos em relação à viabilidade financeira dos empreendimentos rurais, através de softwares estatísticos, podendo assim apresentar como se encontra a realidade financeira das empresas rurais, bem como, apontar cenários futuros de investimentos.

Recomenda-se também que se faça um estudo de prováveis tendências para os próximos anos e a percepção dos agricultores quanto às mesmas, de maneira que se possa visualizar a perspectiva para o futuro. Esta proposta fica como sugestão para futuros trabalhos na área.

REFERÊNCIAS

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. dos. Agricultura Brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: XXXIX CONGRESSO DA SOBER. 2001. Recife. **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

ALMEIDA, J. **A modernização da Agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=CF4TzhGm72kC&printsec=frontcover&dq=competitividade+no+empreendimento+agricola&hl=pt-BR&sa=X&ei=AC2RUb3XKYH29gSpvIHABQ&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q=competitividade%20no%20empreendimento%20agricola&f=false>. Acesso em: 02/04/2013.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em 10/04/2013.

ALVES, P. A; MATTEI, L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG, set. de 2006.

ARAÚJO, M. de. Projetos de Implantação do Desenvolvimento Sustentável no Plano Plurianual 2000 a 2003: Análise de Gestão e Política Pública em C&T. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2005.

BALESTRIN, J. **A Relevância do PRONAF na Agricultura Familiar: Perspectiva e Importância desde sua implantação.** Dissertação (Bacharel em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BELIK, W; PAULILLO, L. F; VIAN, C. E. de F. A emergência dos conselhos setoriais na agroindústria brasileira: gênese de uma governança mais ampla? **Rev. Econ. Sociol. Rural** v.50 n.1 Brasília Jan./Mar. 2012.

BILIBIO, C. **Competitividade no Empreendimento Agrícola.** São Luís - MA: EDUFMA, 2009, 146 p.il. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=CF4TzhGm72kC&printsec=frontcover&dq=competitividade+no+empreendimento+agricola&hl=pt-BR&sa=X&ei=AC2RUb3XKYH29gSpvIHABQ&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q=competitividade%20no%20empreendimento%20agricola&f=false>. Acesso em: 14/04/2013.

BITTENCOURT, G A. **Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CAMPOS, A. C. de; PAULA, N. de. A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v.29, n.4, p. 177-199, fev. 2002.

CAPOBIANGO, R. P; BRAGA, M. J; SILVEIRA, S. de F. R. S; COSTA, C. C. M. Análise do impacto econômico do édito rural na microrregião de Pirapora. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v.50, n.4, Brasília, out./Dez. 2012.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural.** Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, 2002.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006

FEMENICK, T.R; BARRETO, S.A. **Desenvolvimento e a agricultura brasileira: uma breve abordagem.** São Paulo: PUC, 1981.

FLORES, A. W; RIES, L. R; ANTUNES, L. M. **Gestão Rural.** Porto Alegre: Ed. Dos Autores, 2006.

FROEHLICH, J. M; DIESEL, V. **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

GONÇALVES, M. T; GUIMARAES, R. C. P. O perfil do gestor em organizações agroindustriais e a possibilidade das alianças estratégicas. In: XLVI CONGRESSO DA

SOBER. 2008. Rio Branco-Acre. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

HORN, D. **Memórias de uma pioneira**. Florianópolis: Relata Editorial, 2012.

JUNGBLUT, R. **Porto novo um documentário histórico**. Porto Alegre: Letra & Vida, 3ª ed, 2011.

JUNIOR do Pronaf-Agroindústria. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v.48, n.4 Brasília Out/Dez 2010.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n.23 São Paulo Mar. 1991.

MELLO, M. A. de; SILVESTRO, M, L; ABRAMOVAY, R; DORIGON, C; FERRARI, D, L; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para uma nova geração de agricultores. XLI CONGRESSO DA SOBER Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/2003/10/educacao-formal-e-os-desafios-para-a-formacao-de-uma-nova-geracao-de-agricultores/>. Acesso em: 10/05/2013

MENEGETTI, G.A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. 2005. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>. Acesso: 13/04/2013.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005.

SANTOS, G. J; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. - 3. ed. - São Paulo: Atlas: 2002.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense. 2. ed. Florianópolis: Instituto Ceba/SC, 2003. 99 p.

SILVA, E. R. A. da. **Eletificação rural e o processo de modernização da agricultura brasileira** (período 1970-1985). Dissertação (Pós-graduação em Economia)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, mar./1996.

SILVA, M.J. MENDES, E. P. P. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: características e Estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO). XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-28.

TESTA V.M; NADAL, R. de; MIOR, L. C; BALDISSERA, I. T; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

ZUIN, L.F. S; QUEIROZ, T.R. **Agronegócio: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006.